

**PLURIATIVIDADE E ECONOMIA CRIATIVA: um estudo de caso  
sobre a geração de renda no assentamento Zumbi dos Palmares -  
Campos dos Goytacazes, RJ**

**PLURIATIVITY AND CREATIVE ECONOMY: a case study on the  
income generation in Zumbi dos Palmares - Campos dos Goytacazes,  
RJ**

**Graciela Aparecida Profeta**

Doutora em Economia Aplicada e docente da Universidade Federal Fluminense  
graciela\_profeta@yahoo.com.br

**Glaucia Souza Ferreira**

Economista pela Universidade Federal Fluminense  
glaucia.s.ferreiras@gmail.com

**Erika Vanessa Moreira Santos**

Doutora em Geografia e docente da Universidade Federal Fluminense  
evmgeo@yahoo.com.br

**Vanuza da Silva Pereira Ney**

Doutora em Produção Vegetal e docente da Universidade Federal Fluminense  
vanuzap@hotmail.com

**Resumo**

O município de Campos dos Goytacazes apresenta tradição em atividades agrícolas, seja no cultivo de cana de açúcar e milho, ou de hortaliças produzidas nos assentamentos rurais de reforma agrária. As famílias assentadas procuram estratégias por meio de atividades agrícolas e não agrícolas que gerem renda e auxiliem em sua permanência no campo. O presente artigo busca compreender, a partir dos conceitos de pluriatividade e de economia criativa, como as famílias estabelecem a sua reprodução social e econômica no meio rural. O uso da criatividade está presente em todos os aspectos da vida econômica e social, e as atividades designadas criativas podem ser vistas não somente onde o campo é valorizado como espaço de turismo e lazer, mas em todo o ambiente rural, como nos assentamentos. A metodologia adotada consiste em uma abordagem interdisciplinar, com a combinação de processos de caráter exploratório e descritivo, por meio de entrevistas semiestruturadas com famílias do núcleo IV do assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes, RJ. Como principal resultado obtido, a pesquisa evidencia que a pluriatividade colabora com a geração de renda e manutenção das famílias no campo e se associa a algumas atividades denominadas criativas, em que os grupos familiares desenvolvem estratégias para uma contínua reorganização da produção, consumo e convívio com a natureza.

**Palavras-chave:** Pluriatividade. Economia Criativa. Assentamento Rural. Campos dos Goytacazes.

## Abstract

The municipality of Campos dos Goytacazes has a tradition in agricultural activities, such as the planting of sugar cane and corn or vegetables produced in agrarian reform agricultural settlements. Settled families plan strategies for agricultural and non-agricultural activities that generate income and help them stay in the countryside. This article seeks to understand, from the concepts of pluriactivity and creative economy, how families establish their social and economic reproduction in rural areas. The use of creativity is present in all aspects of economic and social life, and the designated creative activities can be seen not only where the countryside is valued as a space for tourism and leisure, but throughout the rural environment, as in the settlements. The methodology adopted consists of an interdisciplinary approach, with a combination of exploratory and descriptive processes, through semi-structured interviews with families from the IV core of the Zumbi dos Palmares settlement, in Campos dos Goytacazes, RJ. As a main result obtained, a research that proves the pluriactivity collectivity with the generation of income and maintenance of families in the field and associates some activities called creative, in which family groups develop strategies for a continuous reorganization of production, consumption and living with nature.

**Keywords:** Pluriactivity. Creative economy. Rural Settlement. Campos dos Goytacazes.

## Introdução

O município de Campos dos Goytacazes apresenta tradição em atividades rurais, em que numerosas famílias de pequenos agricultores, muitos deles assentados, buscam estratégias de reprodução econômica nas atividades agropecuárias. Todavia, em um contexto em que a atividade agrícola é predominantemente constituída em pequenas propriedades e realizada em sua grande parte por membros da família, a geração de renda acaba por se tornar um grande desafio, uma vez que nem sempre os agricultores familiares tem acesso à tecnologia, à assistência técnica e ao crédito para uma atividade rentável o suficiente para ser a única fonte de renda do sustento familiar.

Embora o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) represente um marco na história da intervenção estatal na agricultura familiar, ainda concentra muitas críticas por restringir-se a uma única política de custeio e pelo montante disponibilizado à atividade agrícola familiar ser muito inferior ao disponibilizado à agricultura patronal (ANJOS, 2003). É neste contexto que qualquer renda oriunda da pluriatividade, em que se associam algumas atividades denominadas

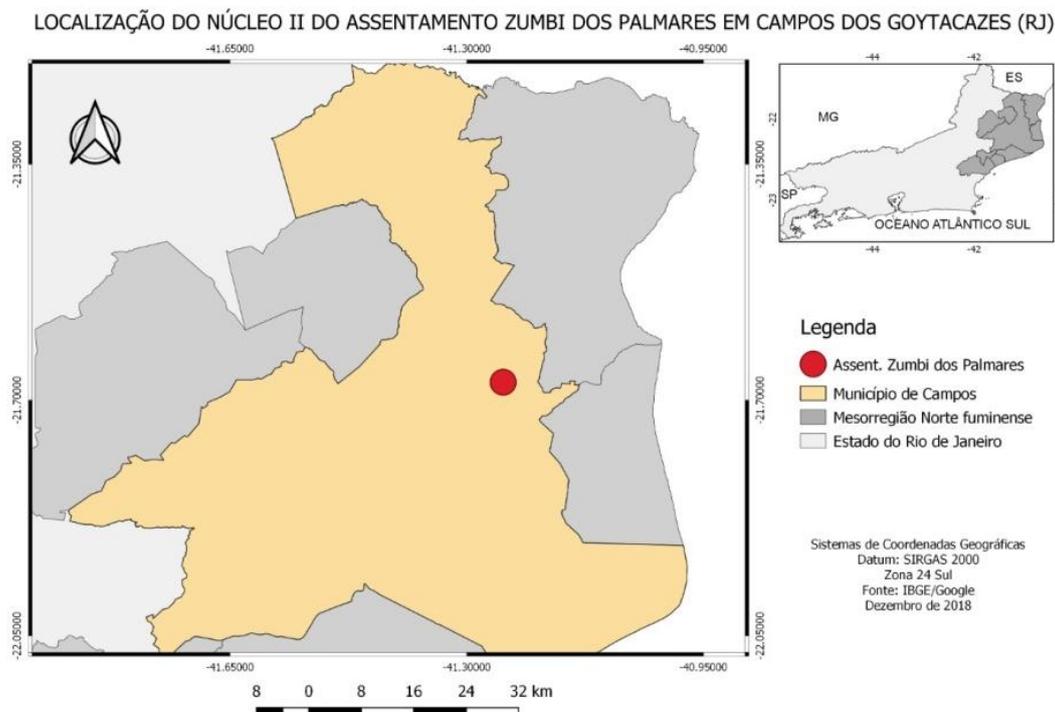
criativas, ganha importância para viabilizar a permanência da população rural no campo em condições dignas de vida.

Na sociedade contemporânea, a economia criativa se apresenta como um dos caminhos desenvolvidos pelos indivíduos, seja em grupo ou individualmente, para uma contínua reorganização da produção, consumo e convívio com a natureza. O uso da criatividade está presente em todos os aspectos da vida econômica e social, seja no espaço urbano ou rural, representando, para alguns, uma forma alternativa de inserção na economia. Esta colocação não convencional, mas possível dentro da economia criativa, se mostra muito presente no meio rural, principalmente na agricultura familiar, tornando-se tanto uma fonte de renda, quanto uma forma de desenvolvimento de atividades independentes da típica produção agropecuária.

Este estudo se propôs a analisar o processo de transformação ao qual o campo é submetido constantemente e como se configuram as relações de trabalho, produção e inovação para sustentação financeira, ocupação e manutenção de assentamentos rurais; e como a economia criativa pode ser inserida em um contexto de transformações territoriais, como ocorreu em Campos dos Goytacazes/RJ após as transformações econômicas regionais da década de 1970, quando houve a implantação da indústria petrolífera da Bacia Petrolífera de Campos e o financiamento das lavouras de cana passou a ser exclusivo para a produção de álcool.

Este artigo permitiu, a partir das informações dispostas e dos resultados obtidos, compreender como a pluriatividade e a economia criativa estão presentes no assentamento (PA) Zumbi dos Palmares, especificamente no núcleo IV, localizado no município de Campos dos Goytacazes, RJ. O objetivo geral consistiu em identificar e analisar se as estratégias de sobrevivência das famílias do assentamento se enquadram no âmbito da pluriatividade e da economia criativa rural como fonte de geração e complementação de renda para os agricultores do referido assentamento. O PA Zumbi dos Palmares (Mapa 1) está situado nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana, compreendendo o conjunto das antigas fazendas que faziam parte do complexo sucroalcooleiro São João: Jacarandá, Guriri, São Gregório, Paraíso, Campelo, Santa Maria, Cajueiro, Bom Jesus, Penha e Santana.

**Mapa 1:** Localização do PA Zumbi dos Palmares no município de Campos dos Goytacazes, RJ



Fonte: Org. Bruna Freitas (2018).

Após a interrupção da produção agroindustrial, a área foi alvo dos processos de ocupação de trabalhadores do corte da cana e de moradores das áreas periféricas, de desapropriação e constituição do assentamento Zumbi dos Palmares em 1997. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA (2017), é o maior projeto de assentamento do estado do Rio de Janeiro (ERJ), com a instalação inicial de 504 famílias em 10 mil hectares (GONÇALVES, 2012). A formação do assentamento Zumbi coincidiu com o período em que os estudos sobre a pluriatividade e a economia criativa ganharam evidência no país. Ressalta-se que estudos que objetivam tratar das novas estratégias de reprodução econômica e social de famílias de agricultores, sejam assentados ou não, tornam-se cada vez mais necessários em um contexto de grandes desigualdades de renda entre o rural e o urbano, o que acaba por dificultar a permanência das famílias no meio rural e, conseqüentemente, a perda de suas memórias e costumes.

## Transformações e características do rural brasileiro

O rural e o urbano vêm sendo marcados por relações e atividades cada vez mais interligadas, o que evidencia a complexidade na definição de uma abordagem única para sua delimitação. Com a aproximação de universos culturais e simbólicos distintos, tratar, metodologicamente, o rural como oposição ou continuidade do urbano ou vice e versa pode não ser mais pertinente na sociedade contemporânea (KAGEYAMA, 2008).

A partir da década de 1990, sobressaem duas dinâmicas nos espaços rurais que vêm alimentar um debate sobre novas ruralidades: i) ocupação por outras atividades econômicas não agrícolas, com a revalorização do campo como espaço de lazer ou de residência; e, ii) valorização do campo como meio de trabalho, cuja agricultura familiar aparece como ator social de desenvolvimento econômico via PRONAF, e crescente implantação de assentamentos de reforma agrária (CARNEIRO, 2002).

Segundo Carneiro (2002) e Marafon (2012), outros dois fatores contribuem para as novas dinâmicas da ruralidade brasileira: i) a ampliação da mobilidade estimulada pela expansão dos meios de comunicação – estradas, rodovias, transporte coletivo, acesso a automóveis e canais de comunicação virtuais (principalmente a TV); e, ii) a transformação do campo em espaço de lazer através da diversificação do mercado de trabalho em regiões com vocação turística.

Ainda segundo Carneiro (2002), mesmo quando ocorre a adoção de novas atividades em outros ambientes, a percepção de mundo perdura de forma tal que o encontro dos “opostos” não implica necessariamente em uma descaracterização dos envolvidos. As autoras Carneiro (2002) e Kageyama (2008) relatam divergência em relação aos tratos sociais do campo se comparados aos centros urbanos, observando que, nas áreas rurais, as atividades coletivas, de solidariedade, de vizinhança e parentesco são mais expressivas, enquanto a aproximação e o acesso das áreas rurais a centros urbanos modificam esse quadro. Nas áreas urbanas é notória a interdependência entre seus habitantes, além do contato maior com o capital financeiro, com o trabalho, com a educação e com a cultura, detendo, este cenário, algumas vantagens. Mas, são as preferências e circunstâncias dos indivíduos que levam à habitação de cada um dos espaços (KAGEYAMA, 2008).

Para Woods (2005), citado por Marafon (2012), existem quatro linhas de raciocínio que caracterizam o espaço rural. A primeira está atrelada à distinção geográfica entre áreas urbanas e rurais, baseando-se nas características socioespaciais via dados estatísticos; a segunda trata as características socioespaciais que buscam analisar aspectos das sociedades urbanas e rurais; a terceira identifica como as estruturas locais interagem com os processos econômicos e sociais globais; e a quarta caracteriza o rural como representação social a partir da imagem pessoal que surge quando os indivíduos pensam sobre o rural (WOODS, 2005 apud MARAFON, 2012).

Existe, principalmente no ambiente acadêmico e de planejamento, um questionamento sobre a abordagem restrita da legislação que determina o que é rural e urbano no Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2017), os limites oficiais entre zona urbana e zona rural atendem aos objetivos das prefeituras, e a metodologia utilizada dificulta a ação de políticas públicas. Ainda segundo o IBGE (2017), a demarcação de tal fronteira é utilizada como instrumento dos objetivos administrativos que enquadram os domicílios sem considerar, necessariamente, as características territoriais e sociais do município e de seu entorno.

De acordo com Kageyama (2008) e Marafon (2012), o rural não se qualifica apenas como um espaço de baixa densidade populacional, de domínio de atividades agrícolas. Ele representa novos vínculos, ora por meio da escolha das vantagens comparativas em empregos não agrícolas (atrelados ao setor industrial ou de serviços), ora pela identidade da vida no campo.

### **A pluriatividade e o *part-time farming*: similaridades e diferenças**

O estudo da pluriatividade teve seus primórdios na França, durante a década de 1950, diante da transitoriedade e da instabilidade produtiva dos agricultores. Para as federações e sindicatos dos agricultores franceses, as atividades não-agrícolas, como o artesanato, a produção de agroindustrialização e as atividades de preservação cultural, poderiam trazer um risco à modernização da agricultura.

Segundo este ponto de vista, o ideal era incentivar a pluralização da agricultura (novas atividades apenas agrícolas) e não a pluriatividade (adoção de uma segunda

atividade não-agrícola) (SCHNEIDER, 2005). Nesse contexto, as federações, associações e cooperativas de agricultores passaram a ver a necessidade da pluriatividade e a incentivá-la nas áreas onde não podiam desenvolver novas atividades agrícolas. Desta forma, estes grupos, que tinham uma forte presença na política, transferiram esta perspectiva para a esfera acadêmica nas décadas de 1950 e 1960.

Nesta trajetória foram introduzidos conceitos como *part-time farming* (agricultura em tempo parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade), nos quais se fundiam as interpretações sobre o tempo na produção agrícola, a unidade de produção (propriedade) e o grupo doméstico. Segundo Schneider (2003a), etimologicamente existem pontos fundamentais para o entendimento da pluriatividade na agricultura familiar. E para o mesmo autor, após um largo debate teórico científico, parece que a ideia a que se chegou no Brasil foi de que o conceito *part-time farming* se refere ao tempo em que o indivíduo trabalha na propriedade, de forma contraposta à noção *full time farming* (agricultura de tempo integral); e a *pluriactivité*, por sua vez, denota a combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família.

O *part-time* relaciona o tempo da jornada de trabalho do agricultor em sua propriedade, em que uma parte do seu tempo é dedicado à agricultura e a outra parte a uma atividade não-agrícola. Schneider (2003a) esclarece que, neste caso, o indivíduo sozinho não é considerado pluriativo, uma vez que o conceito pluriatividade descreve apenas o contexto familiar, ou seja, quando dentro da família se tem um conjunto de atividades agrícolas e de atividades não-agrícolas.

Schneider (2003a) lança um exemplo comparativo sobre *part-time* nos contextos norte americano e brasileiro durante a década de 1930 para mostrar como esse conceito pode surgir em diferentes realidades. No Brasil, em que a colonização era de exploração, existiam os lotes para as famílias e a ideia da autossuficiência predominante; nos EUA, os colonos não viviam somente da atividade agrícola, uma vez que já havia indústrias em algumas regiões. Nos tempos de entressafra, em que havia o crescimento dos grãos, os colonos eram operários e, em um segundo momento, eram agricultores para realizar a colheita e o plantio.

O conceito “agricultura em tempo parcial” abriu espaço à noção *multiple de job holding* (combinação de múltiplas fontes de renda em unidades agrícolas) que, por sua

vez, foi substituída pela denominação pluriatividade, por abarcar a crescente diversificação das atividades e das fontes de renda nas unidades familiares, e permitir separar a alocação de trabalho dos membros familiares de suas atividades principais, ou seja, separar o trabalho efetivo de suas rendas.

Seguindo esta linha de raciocínio, Schneider (2003b) aponta que o conceito *pluriactivité* implica na combinação de mais de uma forma de renda ou na inserção profissional dos membros da unidade familiar em uma outra atividade, quando ainda se tem um vínculo com a terra. Esse conceito, necessariamente, se contrapõe ao que estabelece *monoactivité* em que, como sugere o nome, o indivíduo ou a família ocupa integralmente seu tempo em determinada atividade (SCHNEIDER, 2003b).

No Brasil, a pluriatividade é um conceito novo, visto que estudos nesta área começaram a se aprofundar na década de 1990, e estes estavam centrados na análise das estratégias de reprodução social na perspectiva da agricultura familiar, ou seja, a partir da organização de um determinado grupo ligado por laços de parentesco em um espaço definido como rural (CARNEIRO, 2009).

Segundo Marafon (2006, p. 24), em um estudo sobre a agricultura familiar no ERJ, a pluriatividade é uma estratégia de sobrevivência no espaço rural fluminense:

Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração. (MARAFON, 2006, p. 24).

O referido autor menciona que as estratégias estão articuladas às particularidades de cada localidade. No caso do recorte espacial deste artigo, assentamento Zumbi dos Palmares, a pluriatividade está ancorada na economia criativa, com a busca por rendas monetárias ou não, necessárias à permanência das famílias rurais no referido assentamento. Como a renda agrícola vem gerando baixos rendimentos econômicos, a busca por atividades e rendas não agrícola no espaço rural é uma realidade encontrada no assentamento em questão.

Corroborando com Soares, Gomes e Galvão (2019), a pluriatividade e a economia criativa permitem a valorização do saber-fazer das famílias rurais, e no caso especial, das mulheres rurais. Também destacam que a economia criativa é um tema estritamente

recente no Brasil e, particularmente, nos estudos sobre as atividades desenvolvidas no rural, portanto, torna-se necessária uma discussão sobre o sistema criativo e suas possibilidades de geração de renda nas famílias agrícolas e pluriativas.

### Contextualização histórica e econômica do sistema criativo

A economia criativa trata de um eixo plural, de modo que inexistente uma única definição para determiná-la. Segundo Gomes (2015), no decorrer do tempo foram desenvolvidos conceitos como: “economia da cultura”, “economia criativa”, “economia do conhecimento”, “economia do entretenimento”, “economia das festas”, entre outros, a fim de denominar espaços de discussões para a inclusão de novos moldes de pesquisa.

Para Reis (2012), o reconhecimento da criatividade como recurso estratégico surgiu na década de 1990 a partir da convergência de três fatores: i) a fragmentação das cadeias de produção para a execução de um produto final, em que se fez necessária a criatividade para a diferenciação do produto pelos processos, materiais, formas, texturas e funcionalidades; ii) a padronização dos bens e serviços em que a decisão do consumidor passa a ser pautada por bens intangíveis como o *design*, a marca, os benefícios emocionais, entre outros; e, iii) a volatilidade de alguns ativos da economia de um local, de modo que quanto mais o preço da ação de um empresa varia, em um curto espaço de tempo, maior o risco de se ganhar ou perder dinheiro negociando esta ação, em um contexto onde o sistema financeiro dos países são mundialmente conectados.

Desta forma, a economia criativa surge em um contexto de globalização marcado por interrelações de questões como inovação, criação, habilidades simbólicas, intangibilidade e tecnologia, cujo principal objetivo é potencializar a geração de renda (GOMES, 2015). Para o *Department for Culture Media and Sport - DCMS* (2005) apud Bendassolli et all. (2009), são atividades criativas aquelas que se originam da criatividade individual, a partir de competências e/ou talentos para a criação, e que fazem produtos demandáveis e de valor econômico em suas propriedades culturais ou intelectuais.

O conceito de indústrias criativas foi introduzido politicamente pela primeira vez em 1994, por meio do primeiro ministro da Austrália, Paul Keating, em um documento intitulado *Creative Nation* (Nação Criativa). O discurso referia-se à necessidade de

assegurar e valorizar o patrimônio cultural local do país, dado que temia-se a diluição de suas propriedades com a globalização. Assim, “podemos observar a primeira característica fundamental da economia criativa: a transversalidade de atores, incluindo várias instâncias governamentais e privadas” (REIS, 2012, p.12).

Esse esforço configurou-se em um reconhecimento de diversos setores que detinham boas expectativas para a geração de receita na economia nacional. Nesta conjuntura, denominou-se o conceito “indústrias criativas” como o conjunto destes setores segmentados. Então, paulatinamente, a percepção do retorno na geração de emprego e renda nas cadeias de produção, e a divulgação das estatísticas positivas dos diversos setores criativos, fez com que aumentasse a atenção às indústrias criativas entre os países, pela sua potencialidade em dinamizar os setores tradicionais da economia. Desta forma, por seu impacto na economia e pelo conjunto composto pelas indústrias, criou-se o termo “economia criativa” (REIS, 2012).

No Brasil, a partir dos dados compilados pela Secretaria de Planejamento e Gestão do estado de São Paulo (2016), a economia criativa surgiu nos últimos anos como um dos segmentos que mais cresceram. Segundo o estudo, entre 2004 e 2013, enquanto o PIB brasileiro teve crescimento real de 26,4%, o das atividades classificadas nesta fração teve atuação positiva de 69,8%.

Através do mapeamento da indústria criativa no Brasil, realizado pela Federação das Indústrias do ERJ (FIRJAN), em 2014, a partir de dados cruzados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), observou-se que naquele ano havia 251 mil empresas atuando no setor, cujo crescimento foi de 69,1% de 2004 a 2013. Em relação ao valor gerado por essas empresas, em 2015, no ERJ, observou-se um montante estimado em R\$ 24,1 bilhões, representando 15,5% do PIB criativo brasileiro. Tais dados demonstram a magnitude do ERJ no cenário criativo do país.

Sob a ótica da produção, os empreendimentos criativos se mostraram menos impactados ante o cenário econômico decrescente do período 2013-2015 em comparação à totalidade da economia nacional. Segundo a FIRJAN (2016), a participação do PIB criativo no PIB brasileiro cresceu de 2,56% para 2,64%, mantendo a tendência observada desde a década passada. Conforme a Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN (2017), sob a ótica do mercado de trabalho, em relação às outras federações, o ERJ foi

líder na participação da população em atividades criativas (10,3%) durante o 3º trimestre de 2016. Além disso, Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Norte apresentaram percentual de ocupação acima da média nacional (8,6%).

Destaca-se, segundo a Secretaria da Economia Criativa (SEC) (2012), que a economia criativa possui duas vertentes, a macroeconômica e a microeconômica. A primeira está relacionada aos territórios criativos, marcos legais e pesquisas. Enquanto a segunda se refere a questões microeconômicas associadas ao empreendedorismo criativo, trabalhos coletivos, colaborativos e com indivíduos e grupos criativos, em que podem se estabelecer os atores pluriativos do campo.

Para Reis (2008), existem pelo menos quatro abordagens do conceito de economia criativa: a primeira se refere às indústrias criativas, ou seja, ao conjunto de setores econômicos que potencializam a geração de riqueza, trabalho, arrecadação tributária e divisas de exportações. Por exemplo, mercados de arte e antiguidades, *design*, artesanato, moda, filme e vídeo, e música. A segunda trata da nomenclatura economia criativa que envolve as indústrias e seus respectivos impactos em outros setores e processos da economia. A terceira se refere às cidades e espaço criativos. Nesta abordagem, Reis (2008) aponta quatro características importantes para o presente trabalho: a) a criatividade como combate às desigualdades e à violência, e a atração de talentos e investimentos para revitalizar áreas degradadas; b) a promoção de *clusters* criativos; c) a transformação das cidades em polos criativos mundiais, de potencial de articulação com a política do turismo e de atração de trabalhadores criativos, com atenção, no entanto, para não gerar ausência do envolvimento comunitário, e conseqüente esfacelamento das relações locais e a exclusão de pequenos empreendimentos; e, d) a relação de reestruturação do tecido socioeconômico urbano, baseado nas especificidades locais, como é o caso de Rio das Ostras e Paraty, com seus Festivais de *Jazz* e *Blues*, por exemplo. E a quarta abordagem se refere à economia criativa como estratégia de desenvolvimento que, de forma complementar, se subdivide em outras duas vertentes: a primeira traz o reconhecimento da criatividade como capital humano para o fomento de uma integração de objetivos sociais, culturais e econômicos, diante de um modelo de desenvolvimento global pós-industrial excludente; e a segunda aborda a criatividade

como responsável pelas mudanças econômicas e, em especial, as novas tecnologias que alteram os elos de conexão entre a cultura e a economia.

Assim como a pluriatividade, a economia criativa aparece também como oportunidade de redução das desigualdades de renda ao relacionar aspectos de criatividade às lógicas de produção, dadas as múltiplas interfaces e possibilidades de sua inserção no ambiente rural (GOMES, 2015). Para Mattei (2006), o espaço rural proporciona recursos naturais, lazer e bens que possibilitam diversas combinações de ofícios. Mas, fundamentalmente, o que faz desse espaço um possível ambiente criativo é o próprio indivíduo que ali externaliza sua criatividade, assim como ocorre no ambiente urbano, nas empresas e nas indústrias.

Sobre a economia criativa rural, a partir da década de 2010, autores como Bell e Jainy (2010), Roberts e Townsend (2016), entre outros, mostraram que a economia criativa rural tem sido uma alternativa de retorno econômico, e, muitas vezes também, retornos sociais, e que garantem a permanência das comunidades no meio rural. A economia criativa rural “consiste em uma mistura de cultura local tradicional e artesanal (material e simbólica) e novas indústrias criativas” (THOMAS et al, 2013, apud ROBERTS e TOWNSEND, 2016).

De acordo com os estudos realizados por Roberts e Townsend (2016), na Escócia rural, o papel da economia criativa se destacou na “resiliência” das comunidades rurais. Segundo eles, entre outras questões abordadas, a capacidade de adaptação das pessoas frente a situações desfavoráveis, como a falta de emprego e renda no seu entorno, explica a resiliência nas comunidades rurais. Nesse ponto, a resiliência se assemelha a estratégia de sobrevivência no Brasil, como a pluriatividade e a economia criativa.

Com essa perspectiva, em uma retrospectiva de dez anos de indústria criativa no país, a FIRJAN (2016) elaborou um fluxograma estruturando 13 segmentos criativos em quatro grandes áreas, quais sejam: Consumo (*Design*, Arquitetura, Moda e Publicidade), Mídias (Editorial e Audiovisual), Cultura (Patrimônio e Artes, Música, Artes Cênicas e Expressões Culturais) e Tecnologia (P&D, Biotecnologia e TIC). Além dessa segmentação, a FIRJAN (2016) também apresenta a indústria criativa em três grandes categorias: i) indústria criativa (núcleo), que é onde se concentram atividades profissionais que utilizam as ideias como insumo principal para geração de valor; ii)

atividades relacionadas, constituída por profissionais e estabelecimentos que provém bens e serviços à indústria criativa; e, iii) apoio, que se compõe dos ofertantes de bens e serviços, de forma indireta, à indústria criativa. Tal estrutura é apresentada na Figura 1, em uma proposta de cadeia produtiva criativa para o Brasil.

**Figura 1:** Fluxograma cadeia da indústria criativa no Brasil



Fonte: Extraído da FIRJAN (2016).

Conforme a Figura 1, e com base nas subclasses da economia criativa apresentadas na cadeia criativa da FIRJAN, além dos insumos tradicionais de produção – capital, matéria prima e mão de obra, as ideias passaram a ser canal de entrada relevante e necessárias para a diferenciação e geração de valor, em que as profissões descritas na primeira coluna se relacionam e se apoiam nas respectivas segunda e terceira colunas. Tais encadeamentos produtivos permitem maior circulação de renda na economia (FIRJAN, 2016). Em um contexto de busca pela diferenciação estratégica para a reprodução do capital, observa-se que as atividades criativas também aparecem na

perspectiva do rural brasileiro, se associando e se inserindo no contexto das diversas fontes de renda no campo.

#### **Estudo de caso sobre o desenvolvimento de atividades e geração de renda no Núcleo IV do assentamento Zumbi dos Palmares**

A metodologia adotada para alcançar os objetivos traçados parte de uma abordagem interdisciplinar, com a combinação de processos de caráter exploratório e descritivo. O tipo de pesquisa aplicado neste trabalho é um estudo de caso, pelo método qualitativo e quantitativo, com a utilização de dados coletados através de entrevistas semiestruturadas.

Para a coleta de dados, utilizou-se de observação direta intensiva, a partir de entrevistas semiestruturadas aplicadas no trabalho de campo, realizada em outubro de 2017, no núcleo IV do Assentamento Zumbi dos Palmares. Além dessa fonte primária de informação, utilizou-se também dados disponibilizados nos sites do INCRA sobre o número de assentamentos e seus respectivos lotes no Brasil em 2017, e dados sobre a estrutura produtiva e fundiária do país e do município de Campos dos Goytacazes obtidos no banco de dados SIDRA/ IBGE. Para a realização da pesquisa de campo a população foi dividida em duas sub-amostras: a primeira sub-amostra considerou o número de lotes do PA Zumbi dos Palmares em sua totalidade; e a segunda, os lotes dos respectivos núcleos localizados no Zumbi, em um total de cinco núcleos, abrangendo 507 lotes.

A partir da investigação preliminar, observou-se que o núcleo IV apresentava a maior concentração de residências por conter uma agrovila. Na agrovila se localizava o galpão da cooperativa de produtores do núcleo e também aconteciam as atividades do Coletivo de Mulheres Regina Pinho, que praticavam a confecção de produtos não agrícolas. Juntas, tais características elegeram o núcleo IV como *locus* do estudo de caso, e para foi realizado o cálculo do tamanho da amostra (Equação 1). Dado que se trata de uma população finita, para compor a amostra com base na estimativa da proporção populacional, utilizou-se:

$$n = \frac{N \times \hat{p} \times \hat{q} \times (Z_{\alpha/2})^2}{\hat{p} \times \hat{q} \times (Z_{\alpha/2})^2 + (N-1) \times E^2} \quad (\text{Equação 1})$$

em que, (N) se refere ao tamanho da população, que no caso foi de 145; (n) denota o número de indivíduos na amostra; ( $\hat{p}$ ) indica a proporção populacional de indivíduos que pertencem à categoria interessada em estudar; ( $\hat{q}$ ) a proporção populacional de indivíduos que não pertencem à categoria interessada em estudar ( $\hat{q}=1-\hat{p}$ ), em que, geralmente, se atribui valor igual a 50%; (E) refere-se à margem de erro ou erro máximo de estimativa que, no presente estudo, considerou 10%, e identifica a diferença máxima entre a proporção amostral e a verdadeira proporção populacional (p) de 50%. Para a composição ( $Z_{\alpha/2}$ ) foi utilizado 1,65 para se referir ao valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado. A Tabela 1 apresenta o cálculo do tamanho da amostra para todos os núcleos do assentamento Zumbi dos Palmares em Campos.

**Tabela 1:** Número de amostra por núcleo do PA Zumbi dos Palmares em Campos dos Goytacazes-RJ (2017)

Núcleo	Nº de Lotes	Amostragem	% Em relação ao Nº de lotes/Núcleo
I	149	47	31,5
II	79	37	46,8
III	63	33	52,3
IV	145	47	32,4
V	71	35	49,3
<b>Total</b>	<b>507</b>	<b>199</b>	<b>39,3</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Conforme apontaram os resultados para os cálculos do tamanho da amostra apresentados na Tabela 1, foram realizadas 47 entrevistas, que correspondem a 32,4% dos lotes do núcleo estudado. No núcleo IV, 20 chefes de família (42,5%) residiam no perímetro urbano antes de morar no assentamento, e esta orientação urbana - rural foi realizada por pessoas que moravam próximas ao assentamento: 81% (41 representantes das famílias entrevistadas) nasceram na região norte fluminense – municípios de Campos dos Goytacazes, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra, locais em que ocorreram as mobilizações dos movimentos sociais. De acordo com Carneiro (2002), os movimentos migratórios ocorrem do campo para a cidade da mesma forma que parte da população urbana procura o espaço rural como local de moradia e trabalho.

Os assentados entrevistados disseram que possuíam conhecimento sobre a oferta e a demanda por trabalho, tanto no campo quanto nas cidades próximas, e tal conhecimento impactava na decisão dos indivíduos sobre se manterem a partir de atividades agrícolas, não agrícolas e criativas, influenciando na quantidade de famílias pluriativas.

O núcleo IV contava tanto com residentes que participaram da mobilização e acampamento em 1997, cerca de 66% (31), quanto com assentados que conquistaram os lotes via cadastro e lista de espera do INCRA nos anos seguintes. Em 1998 (4) e 1999 (3), sete famílias entrevistadas conquistaram os lotes remanescentes. A chegada de outras famílias no assentamento após os anos 2000 foi condicionada pela saída de assentados que abandonaram os lotes ou que foram convidados a se retirarem porque infringiram regras do INCRA, por exemplo. Após 1999, apenas nove famílias adquiriram os lotes por disponibilidade, o que significa que 81% (38) das famílias entrevistadas permaneciam no assentamento Zumbi desde a sua chegada.

As famílias dos assentados eram compostas, em média, por três pessoas, sendo pai, mãe e filho (a). Entre os entrevistados, 48,7% eram do sexo masculino e 51,3% do sexo feminino. A faixa etária de 20,1 a 40 anos (34,78%) representava a maior parcela da população entrevistada; somados os assentados de 20,1 a 65 anos, representavam 63,8% da população, que era constituída por pessoas economicamente ativas e que escolheram permanecer na área rural, incluindo aqueles que trabalhavam parte do tempo na cidade. Aproximadamente 11% (15) dos moradores eram idosos aposentados rurais e titulares dos lotes.

Em relação à escolaridade, os resultados indicaram para baixa escolaridade em todas as faixas etárias: 30% afirmaram não possuírem o ensino primário; a maioria dos assentados concluiu o ensino fundamental 1 (17,73%); os que não concluíram o ensino fundamental 2 representavam 15,6%; e aqueles que entraram na escola, mas não concluíram o ensino fundamental 1, representavam 14,89%.

Através da aplicação dos questionários foi possível constatar a existência de famílias pluriativas, famílias agrícolas, famílias não agrícolas e um caso de *part-time*. A maior parcela da população (63,8%) era composta por famílias pluriativas; o segundo grupo mais recorrente era de famílias agrícolas, com 29,8% (14); o terceiro, os núcleos

familiares que não exerciam qualquer atividade agrícola, com 4,3% (2); e, por último, o caso do *part-time*, com 2,1% (1 assentado).

Sobre as famílias pluriativas, as atividades agrícolas mais recorrentes eram o cultivo na própria terra, o cultivo nas terras de parceiros, o comércio nas feiras, e os trabalhos assalariados em determinadas épocas do ano, como a colheita do abacaxi, da mandioca, o corte da cana e tratoristas, em ordem decrescente.

Em relação às famílias não agrícolas (2), estas eram compostas por agregados familiares que residiam no lote de parentes, mas em casas distintas, e trabalhavam em salão de beleza, serviços de limpeza, transporte e construção civil dentro e fora do assentamento.

Corroborando com este estudo de caso, em um estudo realizado por Pereira (2010), com as famílias pluriativas do meio rural do ERJ, a autora observou que as atividades não agrícolas eram, em sua maioria, trabalhos de baixa remuneração, cuja mão de obra não necessitava de maiores qualificações, como serviços de limpeza, vigilância, atividades da indústria da construção e serviços de transporte. Em sua maioria, as famílias estavam ocupadas em atividades não agrícolas de baixa remuneração, como serviços domésticos (empregados domésticos, com 28,5%), comércio (atendentes, com 19,4%) construção civil (pedreiro e ajudante de pedreiro, com 19,6%). Ao cruzar a atividade de ocupação não agrícola e os anos de estudos, a autora mostrou a relação da baixa escolaridade das famílias como fator explicativo das mesmas. Além disso, havia uma forte atuação dos assentados nas feiras de hortifruti da cidade, em que tal atividade se qualifica como agrícola quando o produtor vende apenas sua produção, mas não agrícola quando o agricultor vende também o que comprou do vizinho, denotando-o como revendedor ou atravessador, dependendo da quantidade comprada. Havia também a presença de servidores públicos vinculados a área da saúde e da educação, além de artesãos e trabalhadores da indústria petrolífera.

A Tabela 2 apresenta uma comparação entre as quantidades observadas de famílias pluriativas, agrícolas, não agrícolas e *part-time*, e entre os lotes onde foram entrevistados os titulares, e os lotes onde foram entrevistados os agregados.

**Tabela 2:** Tipos de renda das famílias de titulares da posse e famílias agregadas (2017)

	Titulares de posse	Agregados	Total
Renda pluriativas	22	8	30
Renda agrícola	12	2	14
Renda não agrícola	0	2	2
<i>Part-time</i>	1	0	1
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>12</b>	<b>47</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

A partir da análise da Tabela 2, notou-se que nas casas dos titulares havia uma forte conexão entre eles e o campo e uma identificação com o trabalho na terra, uma vez que 22 famílias (63%) afirmaram serem pluriativas, 12 famílias (34%) afirmaram serem agrícolas, e um único titular era *part-time* (3%). Essas famílias incentivavam os filhos a estudarem e a se formarem, mas também a manterem a ligação com o ambiente rural. No entanto, mesmo que a conexão ocorresse, a população mais jovem procurava o trabalho na cidade para ter acesso a bens e serviços que não estavam disponíveis no assentamento. Entre os agregados familiares, 8 (66%) disseram serem pluriativos, 2 (17%) eram agrícolas e outros 2 (17%) não agrícolas.

De acordo com Schneider (2005), no estudo da composição da renda pluriativa é necessário que seja computada apenas a renda dos indivíduos que habitam a unidade familiar (casa). Contudo, em algumas propriedades havia mais de uma casa, logo, mais de uma unidade familiar. Desta forma, as entrevistas foram realizadas preferencialmente com as pessoas que tinham a titularidade de posse do lote, e, no caso em que o titular não estava em condições de responder ou não estava em casa no momento da entrevista, as perguntas foram direcionadas à família agregada. Para que não houvesse dupla contagem da renda entre membros da família agregada e membros da família que possuíam o documento do lote, houve o cuidado de contabilizar apenas uma casa por lote.

Para isso, as entrevistas foram realizadas em 47 lotes. Deste montante, 35 com os titulares da posse e 12 com os membros das casas agregadas, como se mostrou na Tabela 2. Para fins deste estudo, denominou-se: i) casa titular: onde habitavam os titulares de posse do lote; casa onde estava a primeira geração da família no projeto de assentamento, ii) casas agregadas: onde habitavam os agregados, em geral, filhos e netos que constituíram família e decidiram permanecer no lote, onde construíram suas próprias

casas. Ressalta-se que as entrevistas com agregados familiares foram fundamentais para entender a dinâmica existente no núcleo IV, pois permitiu comparar as perspectivas de duas gerações.

Quanto à renda, inicialmente foi analisada a renda média do grupo estudado, conforme apresentado na Tabela 3, levando em consideração também os valores das aposentadorias rurais e programas assistenciais, como o Bolsa Família.

**Tabela 3:** Renda Média das propriedades do Núcleo IV do PA Zumbi dos Palmares (2017)

Fontes de renda	Renda média (R\$)	Percentual (%)
Renda pluriativa	1.749,5	63,8
Renda agrícola	1.718,3	29,8
Renda não agrícola	993	4,3
Renda <i>part-time</i>	975	2,1
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

De acordo com os resultados expostos na Tabela 3, de modo geral as rendas médias mensais das famílias pluriativas e agrícolas eram próximas umas das outras, (R\$1.749,5) e (R\$1.718,3), mas suas composições de renda agrícola eram distintas e serão explicadas posteriormente; e as famílias não agrícolas e o *part-time* possuíam as menores rendas.

A fim de verificar a composição da renda média das famílias pluriativas, foram apresentados, na Tabela 4, os resultados das respostas obtidas com as entrevistas aplicadas aos assentados do núcleo IV do PA Zumbi dos Palmares.

**Tabela 4:** Composição da renda das propriedades pluriativas (30), núcleo IV (2017)

Fontes de renda	Renda Média (R\$)	Percentual (%)
Renda agrícola	713,2	40,8
Renda não agrícola	902,0	51,6
Aposentadoria rural	124,9	7,1
Programa assistencialista (Bolsa Família)	9,3	0,53
<b>Total</b>	<b>1749,4</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

Conforme o resultado apresentado na Tabela 4, a renda das propriedades pluriativas era composta, em média, pela combinação de 51,6% (R\$ 902) de renda não agrícola, 40,8% (R\$ 713,2) de renda agrícola, somadas a participação de 7,1% (R\$124,9) de renda vinda da aposentadoria rural, e 0,53% de programas assistenciais, como o Bolsa Família (R\$ 9,3). Ao longo das entrevistas, foi possível notar que havia uma maior quantidade de pessoas na faixa etária entre 20 e 40 anos, que poderiam compor a população economicamente ativa, o que pode justificar a baixa participação da aposentadoria rural na renda média das famílias.

Com isso, foi possível inferir que a sobreposição da renda não agrícola à renda agrícola impactava a manutenção dessas famílias no assentamento, uma vez que esta renda, segundo os assentados, era usada como reserva para períodos em que a produção agrícola possuía pouco rendimento, ou, quando havia o recorrente calote de atravessadores.

A Tabela 5 apresenta a participação da aposentadoria agrícola na renda das três famílias pluriativas com idosos aposentados.

**Tabela 5:** Composição da renda das famílias pluriativas com aposentados (3), núcleo IV (2017)

<b>Fontes de renda</b>	<b>Renda Média (R\$)</b>	<b>Valor percentual (%)</b>
Renda agrícola	394,7	14,8
Renda não agrícola	1021	38,3
Aposentadoria rural	1.249,3	46,9
<b>Total</b>	<b>2.665</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

Notou-se nestas famílias pluriativas e com aposentados, que o valor percentual do benefício previdenciário tinha maior impacto na renda total do que as rendas agrícolas (14,8%) e não agrícola (38,3%). Além disso, observou-se também um menor valor da produção agrícola (R\$ 394,7) quando comparado ao total das 30 propriedades pluriativas (R\$ 713,2) em média. E ainda, uma renda média mensal (R\$2.665,00) maior que a observada nas 30 famílias pluriativas (R\$1.749,5).

Ao analisar a produção dessas famílias de aposentados, foi possível verificar que as mesmas se dedicavam ao cultivo de cana, abacaxi, aipim e coco, o qual demandava menor esforço físico se comparado à produção de hortaliças, e menor quantidade de colheitas por ano. E as atividades não agrícolas eram desempenhadas pelos demais membros da família, geralmente em postos de trabalho diurno.

Ademais, essas famílias (3) tiveram acesso ao PRONAF, nunca tiveram assistência técnica, e vendiam suas produções aos atravessadores, o que explicava a baixa margem de retorno anual agrícola e a maior participação da aposentadoria na renda média final. Destaca-se que a aposentadoria compõe parte significativa na renda, tanto das famílias agrícolas quanto das pluriativas, que, conforme Silva e Del Grossi (2000), além de melhorar a renda no campo, a previdência rural causa um efeito sobre o fluxo migratório induzindo à contenção de migrações indesejadas, uma vez que os idosos deixam de deslocar-se para as cidades, e a família se mantém segura, pois sabe que tem uma renda garantida. Ou seja, mesmo que de forma não intencional, a previdência rural aparece como impactante política para a manutenção da agricultura familiar.

A Tabela 6 apresenta a composição da renda das famílias pluriativas que não participavam de programas assistenciais e/ou previdenciários:

**Tabela 26:** Composição da renda das famílias pluriativas sem programas assistenciais ou previdenciários (22), núcleo IV (2017)

Fonte de renda	Renda Média (R\$)	Valor percentual (%)
Renda Agrícola	818,8	45,2
Renda não agrícola	991,5	54,8
<b>Total</b>	<b>1.810,2</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

Este grupo se aproxima mais do quadro geral das 30 famílias, tanto na expressividade da renda não agrícola, que era maior que a agrícola, quanto no valor da renda média total. Por fim, na Tabela 7 foi apresentada a composição da renda, em média, das famílias não agrícolas.

**Tabela 7:** Composição da renda, em média, das famílias não agrícolas do núcleo IV do PA Zumbi dos Palmares (2017)

Fontes de renda	Renda Média (R\$)	Percentual (%)
Renda não agrícola	968,5	97,5
Programa assistencialista (Bolsa Família)	24,5	2,5
<b>Total</b>	<b>993</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

Conforme resultados apresentados na Tabela 7, a única fonte de renda observada, fora a renda não agrícola, foi a do programa Bolsa Família, com 2,5% (R\$ 24,5) em média.

De acordo com Schneider (2003a), quando o indivíduo é sozinho, estando fora do contexto familiar, e tem parte do tempo de trabalho como agricultor em sua propriedade, e parte do seu tempo dedicado a uma atividade não-agrícola, ele é denominado *Part-time*. No único caso encontrado no assentamento, sua renda total era de R\$ 975 mensais, sendo 43,6% (R\$ 425) agrícola e 56,4% (R\$ 550) não agrícola, com a venda de picolés.

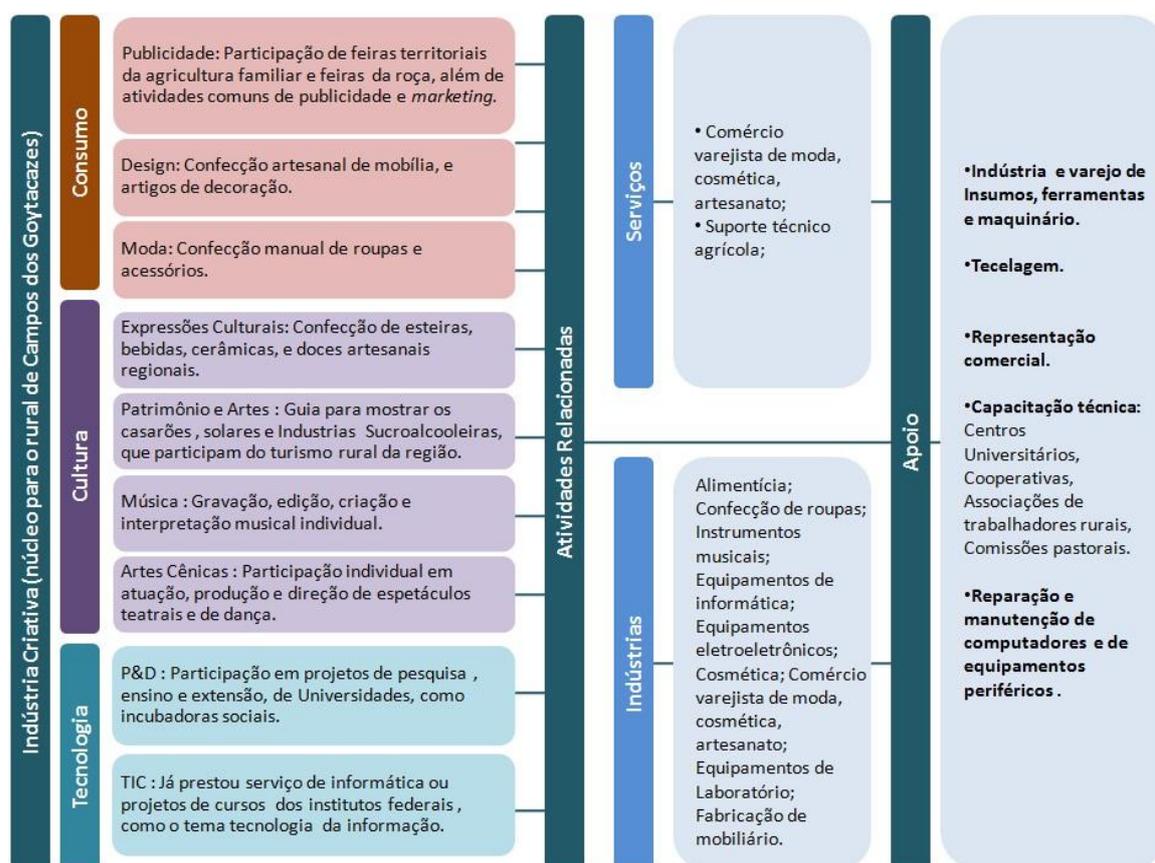
Roberts e Townsend (2016), estabeleceram algumas características para identificar a economia criativa rural, tais como: a diversificação dos setores econômicos; o capital social na forma de redes de confiança e reciprocidade; as perspectivas coletivas, valores e ação; os líderes da comunidade que são capazes de identificar fontes de financiamento, mobilizar e criar redes para a comunidade; a crença de que a mudança pode ser alcançada pela comunidade; e um senso de lugar e orgulho coletivo em sua comunidade.

Nesse sentido, é possível identificar as características apontadas por Roberts e Townsend (2016), no PA do Zumbi: i) a presença de inovações de âmbito tecnológico, como a adaptação de sistemas de irrigação e utilização de métodos agroecológicos, e a diversificação da produção como as confecções artesanais, medicinais e não agrícolas; ii) a existência de grupos voltados a promover estratégias para melhorar o escoamento produtivo, a inclusão dos assentados e a participação em reuniões e fóruns para o compartilhamento de saberes; e, iii) a conexão e identificação com o trabalho na terra, a identidade de agricultor familiar vinculado aos movimentos sociais, as práticas solidárias entre vizinhos para realização de colheitas e produção.

De fato, verificou-se que 28 famílias (59,5%) realizavam atividades criativas. No total, eram 99 casos de atividades criativas, distribuídos em publicidade (17), *design* (8), moda (9), expressão cultural (11), patrimônio e artes (17), música (18), artes cênicas (2), P&D (16) e TIC (1). Desses, em 46,4% as atividades auxiliavam na geração de renda das famílias rurais, permitindo a associação da economia criativa à pluriatividade.

Portanto, com base na Figura 1, que apresenta o fluxograma da cadeia da indústria criativa, e nas entrevistas aplicadas aos assentados, foi proposto, na Figura 2, um fluxograma alternativo para a cadeia de atividades criativas rurais observadas no núcleo IV do PA Zumbi dos Palmares.

**Figura 2:** Fluxograma da distribuição de atividades criativas do núcleo IV, Zumbi dos Palmares



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa, adaptada da FIRJAN, 2014.

De acordo com a Figura 2, na categoria Consumo havia a ocorrência de atividades da economia criativa, as quais permitiam a ampla divulgação e a valorização dos produtos *in natura* ou processados artesanalmente, atividades que geravam renda monetária. Na seção *Design*, havia a confecção de artigos de decoração, como garrafas decorativas, tapetes, móveis e cerâmica. Na seção *Moda*, a confecção de roupas, biquíni, saídas de praia, brincos e colares. Desta forma, na categoria Consumo, as atividades desenvolvidas no ambiente rural também contribuíam para a oferta de produtos no comércio varejista de moda, cosmético e artesanato, que, por sua vez, promoviam a circulação de renda no assentamento.

Na categoria Cultura, verificou-se uma abrangência de casos entre as seções. Na seção *Expressões Culturais*, observou-se a confecção de esteiras de palha, compotas e doces caseiros, como a goiabada e o chuisco - expressão cultural de Campos, licores de fruta, bolos, pães, cosméticos fitoterápicos, xaropes, e repelentes, não apenas para a comercialização, mas como forma de preservação cultural do conhecimento rural e familiar. Na seção *Patrimônio e Artes*, constatou-se que alguns assentados já haviam exercido a função de guias turísticos para mostrar os casarões, solares e indústrias da região, e recebiam hóspedes em suas casas, em ambos os casos (guia e hospedagem) de forma solidária, não comercial. Na seção *Música*, de acordo com os assentados, a religiosidade era muito presente no assentamento e influenciava na apreciação das pessoas pelos instrumentos musicais. Por isso, em uma parte significativa das famílias (64%), ao menos um membro da família tocava instrumentos musicais, alguns se apresentavam musicalmente, eram compositores e já haviam gravado CDs, e eram professores de música. Assim como na seção *Música*, na seção *Artes Cênicas*, alguns assentados já haviam atuado em peças teatrais na igreja ou durante a vida escolar.

Na categoria Tecnologia, nas seções *P&D* e *TIC*, importantes canais de interação social e troca de conhecimento, foi observada a participação dos assentados em projetos sociais de universidades. Os casos citados foram as incubadoras sociais e a feira da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), bem como prestação de serviços de informática.

Além disso, a transformação do campo em espaços criativos locais apresenta potenciais de articulações com o consumo solidário, um exemplo é o Coletivo de

Mulheres Regina Pinho. Criado em 2012, tendo em 2017 seis integrantes, o Coletivo tem como objetivo enaltecer a atuação e a voz feminina dentro do assentamento e construir estratégias de escoamento produtivo, principalmente, para suprir a produção dos alimentos pouco resistentes à estiagem, como as hortaliças.

Esse grupo gera envolvimento comunitário ao estabelecer laços locais entre trabalhadores do campo e consumidores da cidade, com a geração de pequenos empreendimentos, em uma nova relação de reestruturação do tecido socioeconômico rural, baseado nas especificidades locais. Ademais, a falta de água para ampliar a produção agrícola, foi um dos motivos que as levaram a pensar em diversificação, desde que o artesanato e os produtos processados e medicinais, tanto agrícolas quanto não agrícolas, mantivessem a participação das famílias nas feiras, garantindo renda independente das condições climáticas.

Segundo informações obtidas via entrevista, em 2017, com uma participante do Coletivo de Mulheres Regina Pinho, a rede de consumo solidário também gera parcerias que melhoram o escoamento produtivo e a articulação com os produtores de artesanato dos núcleos IV e V do assentamento. No Coletivo de Mulheres Regina Pinho a criatividade pode ser vista desde as etapas iniciais de produção até a venda dos produtos. Conforme o fluxograma da indústria criativa, apresentado na Figura 2, o *design*, a moda, e as expressões culturais são categorias criativas que, como tais, são expressas nas atividades do Coletivo por meio da confecção dos artigos de decoração, acessórios, e produtos medicinais, respectivamente. A própria ideia da diversificação da produção somada à arte de tornar os produtos conhecidos em seus melhores aspectos, faz do grupo um exemplo de criatividade no espaço rural. A participação no Fórum de Economia Solidária e o uso das redes solidárias são também nítidas estratégias de publicidade que mostram o enaltecimento da agroecologia e dos produtos medicinais, em detrimento dos demais comércios.

### **Considerações finais**

Os assentamentos de reforma agrária de Campos dos Goytacazes são importantes espaços que contribuem para o abastecimento de alimentos da cidade. A

transformação de algumas famílias periféricas dos municípios de Campos dos Goytacazes e de São Francisco do Itabapoana em agricultores familiares de assentamento, e a junção a outras famílias que já eram agrícolas e conquistaram a titularidade de posse, contribuiu para a reprodução social e econômica dessas pessoas, reduzindo, em parte, o sentimento de marginalidade, uma vez que lhes foram garantidos moradia e segurança alimentar em áreas antes não produtivas.

Além disso, pelo fato de as políticas públicas voltadas à agricultura familiar não contemplarem a todos os produtores rurais, as atividades não agrícolas promovem segurança aos agricultores do campo em períodos cuja renda agrícola é baixa, assim como a aposentadoria rural também desempenha forte apoio à manutenção das famílias tanto agrícolas como pluriativas.

Por meio da pesquisa empírica realizada no núcleo IV do Assentamento Zumbi dos Palmares, foi possível observar que a criatividade se insere no contexto das diversas fontes de renda no campo, e desta forma, se associa à pluriatividade nas atividades agrícolas, como pôde ser visto nas atividades de artesanato com palha de bananeira, no fundo das casas, e na confecção de cosméticos com ingredientes naturais, entre outros, em que os agricultores convertem suas experiências pessoais em novas fontes de renda. E, da mesma forma, existe a associação entre a pluriatividade e a presença de economia criativa nas atividades não agrícolas, como a expressão através da música, a participação em pesquisas e grupos universitários, entre outros.

Sob a perspectiva da economia criativa, notou-se que existe, no assentamento, pela ótica dos próprios moradores, a valorização do espaço rural. Isso fica evidente à medida em que há inclusão de valor cultural nos produtos, em que há valorização do saber sobre o campo e de outras atividades não agrícolas, e que há estímulo ao sentimento de pertencimento ao rural, visto não mais apenas como um espaço agropecuário. A criatividade cumpre o papel de estimular a criação de oportunidades rentáveis e solidárias, como o canal de comercialização aberto exemplificado pelo programa Coletivo de Mulheres Regina Pinho. Deste modo a economia criativa também é um elemento a ser considerado dentro das estratégias das famílias do meio rural no desenvolvimento de políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Flávio Sacco dos. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. Pelotas: EGUFPEL. 374p. **Cadernos de Ciência & Tecnologia:** Brasília n.1, v. 20, p. 11-44, Jan./abr. 2003.
- BELL, David. e JAYNE, Mark. The creative countryside: Policy and practice in the UK rural cultural economy. **Journal of Rural Studies.** v. 26 (3) pp. 209-218. July 2010.
- BENDASSOLLI, Pedro Fernando; WOOD, Thomaz Junior.; KIRSCHBAUM, Charles; CUNHA, Miguel Pina e. **Indústrias Criativas: Definição, Limites E Possibilidades** Creative Industries: Definition, Limits And Possibilities. São Paulo, v. 49. n.1, jan./mar. 2009, pg 10-18.
- CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto José.; COSTA, Flávio de Carvalho Costa. (Org.). **Mundo Rural e Cultura.** Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 223-240.
- CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SHNEIDER, Sérgio (Org). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da URGs, 2009. 2.ed., p. 167-187.
- GONÇALVES, Renato Luiz. **A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Campos dos Goytacazes:** uma análise do Assentamento Zumbi dos Palmares. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.
- FIRJAN. **Mapeamento da indústria criativa no Brasil**, 2014. Disponível:< <http://www.firjan.com.br/economicriativa/download/mapeamento-industria-criativa-2014.pdf>> Acesso: 07 de Janeiro de 2017.
- FIRJAN. **Mapeamento da indústria criativa no Brasil**, 2016. Disponível:< <http://www.firjan.com.br/economicriativa/download/mapeamento-industria-criativa-sistema-firjan-2016.pdf>> Acesso: 10 de Janeiro de 2017.
- FREITAS, Bruna Alessandra de Gouveia. **A agricultura familiar e pluriatividade no norte fluminense:** o caso do assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes – RJ. 2018. Monografia (Bacharelado em Geografia). Instituto de ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2018.
- GOMES, Eulália de Lima. **A valorização da cultura no novo rural mineiro: Piacatuba sob as lentes da Economia Criativa.** Viçosa, 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil : uma primeira aproximação / IBGE, Coordenação de Geografia.** – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INCRA. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária, 2017.** Disponível em: < <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> > Acesso em 26 de novembro de 2017.

IJSN. **Economia criativa Pnad contínua: 3º trimestre de 2017.** Disponível em:< [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20171204\\_ij01552\\_boletim\\_de\\_economia\\_criativa\\_3\\_trimestre\\_2017.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20171204_ij01552_boletim_de_economia_criativa_3_trimestre_2017.pdf)> Acesso: 02 de Janeiro de 2017.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** Local: Editora da UFRGS, 2008.

MARAFON, Glaucio José. Relações Campo-Cidade: uma leitura a partir do Território Fluminense. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO Miguel Angelo (Org.). **Revisitando o território Fluminense IV.** Rio de Janeiro: Gramma, 2012. p. 129-139.

MARAFON, Glaucio José. Agricultura Familiar, Pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006.**

MATTEI, Lauro. Novas Dimensões Sócioeconômicas do Espaço Rural Brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 37, nº 1, jan-mar. 2006.**

PEREIRA, Vanuza da Silva Ney. **Atividades Agrícolas e Não Agrícolas no Meio Rural do Estado do Rio de Janeiro, 2010, 115f.** Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2010.

REIS, Ana Carla Fonseca. Transformando a Criatividade Brasileira em Recurso Econômico. In: REIS, Ana Carla Fonseca (Org). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento.** São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

REIS, Ana Carla Fonseca. Fluxos e Conexões. In: REIS, Ana Carla Fonseca (Org). **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, Brasília, Ministério da Cultura, 2012. 148 p.**

ROBERTS, Elisabeth, TOWNSEND, Leanne. The Contribution of the Creative Economy to the Resilience of Rural Communities: Exploring Cultural and Digital Capital. **Sociologia Ruralis, v. 56, n.2, aprile 2016.**

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DE SP. **Economia Criativa no Estado de São Paulo conceitos e indicadores.** 2016.

---

SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA. **Plano da secretaria da economia criativa políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014**. Brasília, Ministério da Cultura, 2012.156 p.

SILVA, Graziano José da, DEL GROSSI; Mauro Eduardo. **Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997**. São Paulo, 2000. p. 20.

SCHNEIDER, Sérgio. **Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2003a, 354p.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003b.

SCHNEIDER, Sérgio. **O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural**. Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, MDA, Brasília, agosto de 2005.

SOARES, João Luiz Josino; GOMES, Douglas Willyan; Rodrigues; GALVÃO, Francisco Eugenio Soares. Economia criativa do artesanato de bilro no Semiárido Nordeste. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v.10, n.3, p.122-134, 2019.

WOODS, Michael. **Rural Geography**. London: SAGE. 2005. 340 p.

Recebido em 21/05/2019. Aceito para publicação em 12/03/2020.
--